



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681130 - MG (2021/0224839-9)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : BARBARA PASSAROTTO CARVALHO  
**ADVOGADO** : BARBARA PASSAROTTO CARVALHO - MG199106  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : JOSE ELSSON JUNIO DE SOUZA ROMANHOLI (PRESO)  
**CORRÉU** : WELLINGTON SOARES FLAUSINO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE ELSSON JUNIO DE SOUZA ROMANHOLI em que se aponta como autoridade coatora o JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE UBÁ/MG (0699.21.0021431-61).

O paciente é réu em ação penal que apura a prática de homicídio tentado e teve a sua prisão preventiva decretada.

Sustenta a impetrante não haver fundamentação apta à manutenção da prisão preventiva e insurge-se contra decisão emitida pelo Juízo da Vara Criminal da Comarca de Ubá/MG, na Ação Penal n. 0699.21.0021431-61.

Requer, liminarmente e no mérito, a soltura do paciente para aguardar o julgamento do processo em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Aponta-se como autoridade coatora o Juízo de primeiro grau. Ademais, não há notícia de que houve análise do pedido objeto do presente *writ* pelo Tribunal de origem, razão pela qual é inviável sua apreciação pelo STJ, sob pena de indevida supressão de instância.

Dispõe o art. 105, I, c, da Constituição Federal que compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar *habeas corpus* quando o coator for tribunal sujeito a sua jurisdição, hipótese que não é a dos autos. O pedido também não se enquadra em nenhuma das hipóteses de competência originária desta Corte.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ,

indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente